



QUANTITATIVO DE SOBRESTADOS Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR

Atualização 30.11.2017

Tema	Título	Quantidade sobrestados
02	Incidência do Imposto de Renda sobre a verba recebida por policiais civis e militares do Estado de Santa Catarina denominada Indenização por Regime de Serviço Público Ativo – IRESA, prevista no § 1º do art. 6º da LCE n. 514/2013 e no § 2º do art. 6º da LCE n. 609/2013.	53
03	O art. 190-A da Lei Complementar 318/2007 (na redação da Lei Complementar 534/2011) é regra idônea a, nos casos derivados de aposentadoria posterior à sua vigência, impedir a indenização de licenças-prêmios ou especiais requeridas por servidores públicos do Estado de Santa Catarina submetidos, em tese, àquela disciplina.	17
04	Cabimento de honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública, visando a satisfação de valores sujeitos à Requisição de Pequeno Valor - RPV.	86
05	Possibilidade de inclusão das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST e de Uso de Distribuição - TUSD, que remuneram as atividades de disponibilização do uso das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, na base de cálculo do ICMS.	222
06	Possibilidade de o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS ser considerado um marco interruptivo da prescrição, nos termos dos art. 202, VI, do Código Civil.	7

Tema	Título	Quantidade sobrestados
07	Compor a divergência em relação à aplicabilidade (ou não) da regra de transição prevista no art. 3º da EC 47/2005 aos policiais militares, em situações envolvendo pensão por morte, porquanto o Tema 396/STF (RE 603.580/RJ), afeto aos servidores públicos civis, não possuiu qualquer abordagem temática quanto aos servidores militares, que possuem carreiras diferentes.	44
08	"Há interesse de agir para ajuizamento de ação demolitória quando inexistente laudo prévio de vistoria conforme exigência em lei local?"	6
09	"Configuração (ou não) de dano presumido na hipótese de declaração judicial da ilegalidade da exoneração ou demissão".	11
10	Possibilidade do creditamento do ICMS, com fundamento na LC nº 87/96, sobre os produtos intermediários que não se integram fisicamente ao produto, mas são bens de consumo do estabelecimento ou do ativo fixo.	1
14	Necessidade (ou não) de previsão em lei municipal da complementação dos proventos de aposentadoria concedida a servidor público filiado, após a EC n. 20/1998, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	1